



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 145

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 145

132ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Questão de Ordem 03

Requerimentos 04

Projetos de Leis..... 05

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 05

Dep. Elio Rusch 06

Dep. Tadeu Veneri..... 08

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 09

- Sr. José Álvaro da Silva Carneiro

Associação Mantenedora do

Hospital Pequeno Príncipe..... 09

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 06

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 12

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 15

Discussão/Votação

1ª Discussão 15

3ª Discussão 18

Redação Final 18

2ª Discussão (Votação em)..... 19

Discussão Única (Votação em) .. 20

Requerimentos 20

Encerramento da Sessão 20

Publicações:

Ata de Comissão

Ecologia e Meio Ambiente 20

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 21

DIÁRIO Nº 145

132ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

08 DE NOVEMBRO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Antonio Belinati e Tadeu Veneri.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (26).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Dr. Batista, Durval Amaral, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pedro Ivo, Plauto Miró,

Reni Pereira e Ribas Carli Filho (24).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Francisco Bühner e Péricles de Mello (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 356/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de 2 salas de aula na Escola Estadual Monteiro Lobato, no distrito de Ademar de Barros, pertencente ao município de Terra Rica.

Ao Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Educação que determinem a construção de 2 salas de aula na Escola Estadual Monteiro Lobato, no distrito de Ademar de Barros, pertencente ao município de Terra Rica, pelos motivos que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 08.11.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Monteiro Lobato, situada no distrito de Ademar de Barros, funciona em conjunto com a escola municipal, a fim de suprir as carências na área da educação desse distrito. Ocorre que atualmente a escola municipal não tem espaço para todos os estudantes que atende, e, por essa razão, esses estudantes da escola municipal do distrito passaram a frequentar aulas no turno da escola estadual, a qual, por sua vez, também já não tem espaço suficiente para acolher todos esses alunos.

A única solução possível é construir pelo menos 2 novas salas de aula, de modo a poder acolher, a contento, a todos os alunos, sob pena de, a persistir o presente estado de coisas, ser infligidos sérios danos à formação escolar dessas crianças do ensino básico e fundamental, as quais vêm frequentando as salas de aula em situação precária.

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM

Sr. Presidente:

O Deputado que ao final subscreve, em atendimento ao zelo integral e estrito cumprimento do Regimento Interno desta Casa, deparou-se, enquanto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, com a seguinte situação.

No seguimento normal da tramitação de determinado projeto de lei, houve parecer favorável na CCJ, e, seguindo para as comissões de mérito pertinentes, o projeto recebeu uma Emenda substitutiva geral, seguindo-se de parecer favorável à sua tramitação na forma da emenda apresentada.

Na sequência o projeto fora enviado ao plenário desta Casa, para que se procedessem as discussões e conseqüentemente as votações normais.

Acontece Sr. Presidente, que no plenário houve a apresentação de uma emenda à emenda substitutiva geral apresentada pela comissão de mérito, razão pela qual o projeto retornou à Comissão de Constituição e Justiça para análise da constitucionalidade.

Fora argüido nesse instante, na CCJ, uma questão de ordem sobre a necessidade da análise, por parte da CCJ, da constitucionalidade e legalidade apenas da emenda apresentada em plenário, ou então, a verificação deveria abranger a análise da constitucionalidade da emenda substitutiva geral apresentada na comissão de mérito bem como da emenda apresentada em plenário.

Em face ao acontecido, venho com a máxima vênua, apresentar e manifestar o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, conforme fora apresentado na reunião em resposta à referida questão de ordem, para conhecimento de V. Exa.

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assegura, em seu artigo 28, a competência das Comissões Permanentes para discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas. Determina, ainda, no parágrafo 1º do mesmo artigo, que deve ser aplicada a tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das comissões nas disposições relativas à emendas e demais formalidades. Vejamos:

Art. 28. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I - discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

§ 1º Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. (grifos nossos)

Dentro do universo das Comissões Permanentes à Comissão de Constituição e Justiça compete:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

(...)

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias: (grifos nossos)

Ainda, o Regimento dispõe no artigo 141 dizendo:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por 5 Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.

§ 1º Apresentada a emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminha-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, tornar-se difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, com requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

Excelência, no parágrafo 1º do artigo acima faz-nos entender que havendo emenda, retornará o projeto à Comissão pertinente, ou seja, retornará à CCJ para reanálise da constitucionalidade e legalidade, visto que o projeto detém nova roupagem. Isso ocorreria para posteriormente ser enviado ao douto Plenário.

Ocorre que não foi este o procedimento adotado no trâmite do projeto nº 604/07, conforme se depara do item 11 da Ordem do Dia datada de 07 de novembro de 2007, gerando a questão de ordem aqui referida.

Enfim, venho a essa presidência solicitar o esclarecimento quanto ao procedimento adotado por essa Casa, para que então possamos saber se a CCJ manifestar-se-á anteriormente ao Plenário quanto as proposições emendadas nas comissões de mérito, anteriormente ao envio à plenário.

Aproveito ainda o ensejo para manifestar meus votos de elevada estima e apreço.

Sala das Sessões, em 08.11.07.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3306

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 08.11.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 626/07, item 01, por 01 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 08.11.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3302

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, a disponibilidade dos serviços da equipe do cerimonial da Assembléia Legislativa para atuar na Conferência Estadual da Educação Básica, a realizar-se nos dias 19 e 21 de novembro de 2007, em Curitiba.

A Comissão de Educação da Assembléia é parceira na realização da Conferência Estadual organizada pela Secretaria de Estado de Educação, conforme determinações do Ministério da Educação (MEC). A coordenação geral do evento vai levar as discussões para a Conferência Nacional da Educação Básica, em abril de 2008, em Brasília/DF.

Abaixo, segue a programação do evento.

Programação da Conferência Estadual da Educação Básica

Curitiba - 19 e 21 de novembro/07

Locais de Realização

- Centro de Convenções Interpalace.

R. XV de Novembro, 950

Dia 19 - tarde

- Centro de Convenções de Curitiba.

R. Barão do Rio Branco, 350

Dia 19 - manhã

Dia 21 - manhã e tarde

Sala das Sessões, em 08.11.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 793/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo encaminhar, semestralmente, aos órgãos representativos da área de comunicação, relatório discriminado da distribuição das verbas, campanhas publicitárias e veículos de comunicação contemplados pela Secretaria de Estado da Comunicação Social do Estado.

Parágrafo Único. A Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP e Associação dos Jornais e Revistas do Estado do Paraná - ADJORI-PR são os órgãos representativos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa obrigatoriedade do Poder Executivo encaminhar, semestralmente, aos órgãos representativos da área de comunicação, relatório discriminado da distribuição das verbas, campanhas publicitárias e veículos de comunicação contemplados pela Secretaria de Estado da Comunicação Social do Estado.

A exemplo dos custos das obras públicas divulgados nas placas de seus canteiros de obras, traz a transparência com gasto do dinheiro público, entendemos que o mesmo deva ocorrer com os gastos em publicidade.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 794/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12732, 30 de novembro de 1999, que declarou de utilidade pública a Associação Anniballe Farrarini - Centro Cultural Brasil-Itália, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Anniballe Ferrarini - Centro Cultural Brasil-Itália, com sede e foro nesta capital.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.11.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da entidade decla-

rada de utilidade pública pela Lei nº 12732, 30 de novembro de 1999, que declarou de utilidade pública a Associação Anniballe Ferrarini - Centro Cultural Brasil-Itália, tendo em vista que houve erro na publicação da lei, no Diário Oficial nº 452, de 01 de dezembro de 1999, denominação correta é Anniballe Ferrarine e não Farrarini.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

Pequeno Expediente:

Passa-se ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores presentes aqui à Sessão Legislativa nesta quinta-feira.

É importante falar hoje que a Gazeta do Povo traz uma importante notícia e que por um lado nos preocupa muito: “Carteira de motorista vai ficar 107% mais cara. Segundo a proposta de reajuste nas taxas do DETRAN enviada pelo Governo para a Assembléia, vai aumentar em 84%.” No atual momento, Deputado Cartário, é inviável esse aumento. Vou me posicionar contrário a esse aumento de 84%, fazendo coro aqui ao que disse recentemente o companheiro Reni Pereira. É impossível dar um aumento de 84% nas taxas, sendo que a taxa para um exame de aptidão física e mental é de R\$ 12,70 vai para R\$ 42. Uma avaliação psicológica que custa R\$ 25 hoje, vai para R\$ 79. O aumento em média que propõe o Governo é de 84% no que se refere ao DETRAN. Não é possível isso! Ninguém tem 84% de aumento em lugar nenhum! Ninguém recebe esse tipo de aumento! Isso vai atingir principalmente a classe média, os que utilizam bastante os serviços do DETRAN.

Por isso, desde já quero colocar o meu posicionamento contrário a esse aumento de 84%, até mesmo porque o DETRAN tem dinheiro sobrando, porque historicamente, diante do DETRAN, ou roubam o dinheiro dele como já ficou provado que roubaram muito dinheiro dele, ou o dinheiro agora neste Governo está vindo para fazer estradas no Paraná, que é uma boa idéia. Mas, se está sobrando dinheiro no DETRAN, para que aumentar as taxas em 84%?

Por isso, quero me manifestar a partir de hoje, Deputado Dobrandino, totalmente contrário a esse aumento de 84% no que se refere às taxas do DETRAN. Votarei contrário nesta Casa e não farei parte de movimento nenhum a favor desse aumento. Pelo contrário, deveríamos diminuir o preço das taxas, porque está sobrando dinheiro no DETRAN, e se está sobrando, e chega a ponto de repassar dinheiro para o Executivo, para

fazer outras obras, é porque não precisa de aumento nem para a questão administrativa do DETRAN.

Quero já, antecipadamente, colocar aqui o meu posicionamento: votarei contrário, farei as emendas que for preciso, vou brigar para que se diminua até se for preciso, mas esse aumento aqui é sem proporções, é sem fundamento, pega principalmente no povo!

Peço apoio também dos demais companheiros no sentido de evitar que esse aumento seja repassado ao nosso povo. O DETRAN não precisa desse aumento e eu vou me manifestar contrário desde já.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Democrata Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, todo mundo já percebeu que jornal não falta para trazer para a tribuna. Eu diria o seguinte, Presidente: tudo aquilo que falamos, Deputada Cida, ao longo deste ano, em relação ao Governo do Estado, e temos falado aqui da tribuna que só existe uma coisa que confirma os atos de uma pessoa e isso seria o tempo, e o tempo está se encarregando de eliminar a própria Oposição como está no jornal hoje. Quer dizer, o Deputado Valdir Rossoni vai perder o seu cargo de Líder, o Deputado Elio Rusch e outros Deputados também da Oposição, Traiano, Augustinho Zucchi, Douglas, Duílio Genari, Cartário, Cida, tantos outros da Oposição que estão na Sessão agora pela manhã, porque não é mais fogo amigo no Governo. Hoje há uma disputa de espaço e acusações.

Agora há pouco, conversando com alguns Deputados, tanto da Oposição como da Situação, lembrei que acho que existe ainda uma das primeiras loterias que tinha se instituído no Brasil, a Loteria Esportiva, que eram 13 jogos. Tinha a coluna 1, 2 e do meio. O apostador tinha que acertar qual time ganharia. A do meio era empate. Lógico, aqui não se trata de empate. Mas, quando li pela manhã os jornais, fiz o seguinte: PHX x Josélia x Botto. Quem vai sobreviver no Governo? Quem ficará com o Governo ou o Governo ficará com quem? Porque não é um Secretário, um cargo em comissão que está se analisando. Na verdade, estamos falando do ex-Procurador Geral do Estado, da atual Procuradora do Estado e um outro Procurador, pela imprensa que escreve isso, louco para assumir o cargo de Procurador Geral.

Um outro jornal diz assim: “Novo tiroteio na culpa do Governo Requião”. Outro diz, “Não se entende mais nada”.

E o que, efetivamente, está acontecendo no Governo do Estado?

Queremos deixar claro ao Líder do Governo que o trabalho da Oposição é alertar o Governo. Queremos que o Governo acerte, que o Paraná vá bem, porque se o Paraná for bem, os paranaenses vão melhor. Não somos da Oposição “quanto pior, melhor”. Pelo contrário, queremos o bem do nosso estado. Mas, quando levantamos as denúncias aqui na Assembléia Legislativa das irregularidades que são praticadas, muitas vezes a administração, em determinadas atividades que não são compatíveis com a economia e com aquilo que o mercado econômico requer hoje, a eficiência, e daí nós perguntamos: o que está acontecendo no estado do Paraná?

Eu levantei semana passada, Deputado Traiano, a questão do Frigorífico Aurora, que vai abrir 2 novos frigoríficos no Brasil e um dos lugares que era para ser estabelecida uma das unidades, e o investimento de R\$ 400 milhões, era para ser no sudoeste do estado, em sua região. Aí, o Conselho de Administração se reúne e dizem que não: “No Paraná não vamos estabelecer. Vamos estabelecer um em Santa Catarina e outro no Rio Grande do Sul”.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

Ora, investimento de 400 milhões - o Conselho de Administração se reuniu e, lógico, o conselho que ele diz - ele diz que economicamente o melhor lugar é o Paraná, mas a imprensa diz, porque há uma decisão do colegiado e que a maioria desse colegiado é do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ora, cá para nós, se você vai abrir um empreendimento, um frigorífico, uma indústria, você vai estabelecer essa indústria onde você vai lucrar menos? Nunca! Você vai abrir o estabelecimento comercial, a indústria, aonde você vai lucrar mais e se economicamente o Paraná foi o melhor estado e de repente não vou estabelecer no Paraná porque o conselho, a maioria é de Santa Catarina e Rio Grande do Sul?

Ora, isto é uma desculpa para dizer que não se estabeleceu no Paraná, diante da política pública que se estabeleceu no nosso estado, em relação às empresas privadas.

Já falamos aqui, Deputado Romanelli, também em relação ao porto de Paranaguá. Nós já falamos que a BR-101, em Santa Catarina, ela está sendo invadida pelos containeres. E quem passar pela BR-101 é só dar uma olhada: é pátio e mais pátio sendo construído hoje para depósito dos containeres. E por quê isto? Porque as pessoas vão embora do Paraná. E agora, lamentavelmente, uma outra notícia estampada em alguns jornais diz o seguinte: “Operadores trocam Paranaguá por Santa Catarina.”

Os containeres - algumas empresas que usavam o porto de Paranaguá para importar a produção ou a exportação não vêm mais a Paranaguá. Aí, o Presidente da Central dos Containeres do Paraná diz: “Mas, espere, estão congelados os preços, não foram aumentados.” Claro que não! Mas nós não podemos esquecer, Srs.

Deputados, que a Marinha, a Marinha deu um ultimato para o porto de Paranaguá, que até janeiro tem que ser feita a dragagem do canal para atracar os navios no porto de Paranaguá. Até hoje não foi feita nem a licitação ainda. E o que vai acontecer? O custo para exportar, para carregar não está só no custo da operação, mas está no custo do seguro. A Marinha, a partir de janeiro, Deputado Dobrandino, o que ela vai dizer? Ela vai dizer o seguinte: “Ora é muito perigoso atracar um navio no porto de Paranaguá, corre o risco de o navio encalhar. Ele encalha e daí o custo do seguro, automaticamente, se torna mais caro!”

E não é só isso, para carregar um navio, um navio parado esperando a vez custa 40, 50, US\$ 60 mil a diária, e onde os navios estão indo hoje? Em Itajaí, São Francisco, Santos, Navegantes que abriu agora, Itapoá que o porto vai abrir. Então, tudo isso faz parte de um conjunto de infra-estrutura que o estado tem que se preocupar. E por que acontece isso? Acontece pelo fato da Administração dos portos de Paranaguá e Antonina, através do seu Superintendente, pela linha dura que ele está adotando! Então, não é a Oposição que está dizendo isso, são as empresas que estão saindo de Paranaguá! Isso é uma realidade, hoje!

O que mais aconteceu no porto de Paranaguá? Caiu um silo. Quando foi construído? Agora, recentemente. É um silo privado, mas construído em local público. E quem é responsável pela fiscalização das obras? É a Superintendência do Porto. Qual é o empresário que vai colocar o seu produto num silo de um porto que não tem segurança nem espaço físico? Houve a fiscalização? Não sei, falei com o ex-Deputado Leite hoje de manhã, Deputado Valdir Rossoni, liguei para ele e ele disse, até é uma denúncia grave que esse silo foi construído sem alvará da Prefeitura de Paranaguá. Não tinha alvará, também não tinha o laudo técnico de acompanhamento, foi construído assim: “Pode construir.” Esperem aí, o porto não é do Governador, não é do Governo, o porto pertence ao Brasil! O estado tem a concessão do porto de Paranaguá para operar, para gerenciar, agora depende do gerenciamento do porto a sua capacidade das importações e exportações.

Concedo aparte ao Deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Elio, V. Exa. inicia seu pronunciamento fazendo essa análise do quadro atual do Governo do Paraná, um Governo fadado à morte em função exatamente dessa falta de sintonia que existe entre o Governador e sua equipe.

Já tive a oportunidade, na semana passada, de fazer um pronunciamento com relação à questão Botto de Lacerda, recebi uma carta publicada agora pela Gazeta, do Pedro Henrique Xavier, fazendo todo tipo de denúncias com relação a ações do ex-Procurador Botto de Lacerda. O que se vê, na verdade, é um Governo acéfalo,

um Governo perdido, um Governo que não assume as suas responsabilidades e, acima de tudo, não vislumbra a possibilidade de crescimento da economia deste estado.

Razão maior e prova maior é exatamente isso que V. Exa. levanta com relação à situação Aurora. A Aurora previa seus investimentos na cidade de Clevelândia no sudoeste do Paraná, criou-se um clima de motivação enorme na região sudoeste porque ela tem características próprias com relação ao segmento que se pretendia lá investir, mas lamentavelmente, pelas informações que temos, na condução das negociações o Governador Roberto Requião abandonou o processo, deixando apenas seus subalternos trabalhando na idéia, enquanto que a Governadora do Rio Grande do Sul, o Governador de Santa Catarina embrenharam-se nessa luta, entraram de corpo e alma no sentido de trazer para seus estados esses investimentos. É lógico, a presença dos dois Governadores acabou convencendo os Diretores da Aurora para que os investimentos fossem feitos nos seus estados e, infelizmente, a nossa região sudoeste do Paraná mais uma vez perde pela falta da presença da ação do Governo do Paraná em investimentos que poderiam, com certeza, dar uma nova motivação e mudar radicalmente o perfil da economia da nossa região.

Por isso, Deputado Elio, parabeno V. Exa. nesta quinta-feira pela manhã pelo seu pronunciamento e quero crer que, com certeza, o seu pronunciamento haverá de repercutir no estado como um todo!

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço ao Deputado Traiano e finalizo dizendo que a Oposição está alertando o Governo! Entendo que a máquina administrativa e o Governo do Estado têm que funcionar como uma orquestra, onde se os instrumentos não estiverem afinados, a música não sai boa. O Governador Roberto Requião é o regente, ele é o maestro, mas os componentes da orquestra, um toca uma valsa, outro toca marcha, outro toca um vanerão e assim por diante, ou seja, ninguém entende nada neste Governo. Quer dizer, cada um faz do seu jeito e ainda joga contra o próprio patrimônio. É isso que estamos constatando hoje no Governo, e quem fala isso, como disse a própria imprensa hoje, são os próprios integrantes do Governo.

Então, nós da Oposição esperamos que não venhamos a perder o nosso lugar de Oposição, mas os integrantes do Governo apenas estão reafirmando aquilo que estamos levantando aqui na Assembléia Legislativa e nesta tribuna.

Era isso, Sr. Presidente! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso o horário do Pequeno Expediente para fazer um comunicado à Casa, porque estaremos hoje pela Frente Parlamentar de Acompanhamento do Potencial Energético, com o Deputado Zucchi que também faz parte da Frente e a Deputada Rosane, e certamente todos aqui têm conhecimento que a usina de Mauá vem sendo discutida há algum tempo e na tarde de hoje, às 14h, será feita uma reunião pública chamada pela COPEL, pelo consórcio que pretende construir aquela usina na cidade de Ortigueira e a partir dali discutir algumas considerações a respeito das indenizações previstas para os ribeirinhos, para as pessoas que trabalham com o rio, como balseiros, agricultores, enfim, aqueles que serão atingidos pela barragem. Uma barragem que tem uma área alagada de cerca de 8 mil 891 hectares, com um canteiro de obras previsto de 580 hectares, um perímetro de reservatório de 426 quilômetros e um comprimento de reservatório de 80 quilômetros, certamente vai atingir muita gente e o que nos preocupa neste momento é que depois de 6, 7 ou 8 meses que estamos fazendo esse debate, a COPEL ainda não especificou, Deputado Duílio, o senhor que esteve inclusive na Audiência Pública que fizemos aqui e até comentou a situação daqueles que viveram no momento em que foi feito o alagamento de Salto Caxias e depois conseqüentemente com a usina de Caxias, mas ali não está sendo feita a mesma coisa.

Para nossa surpresa, uma vez que já se previa o início das obras primeiro para setembro, depois para outubro, novembro, agora para dezembro e provavelmente para o ano que vem, ainda não há uma proposta concreta e objetiva de como serão feitos os pagamentos das pessoas que serão atingidas.

Acho que isso é ruim para todos, é ruim para a COPEL, é ruim para o consórcio, é ruim para aqueles que pretendem vender energia, porque até agora o cadastro sócio-econômico que solicitamos, inclusive cópia realizada pelo consórcio e protocolizado no IAP, ele só contempla uma parcela dos atingidos pela usina hidrelétrica de Mauá, mas não diz o tratamento que será dado aos indígenas, não diz qual o valor específico que será pago a cada um e eu falava com a Deputada Rosane que algumas propostas de indenizações são valores absolutamente irrisórios, até porque não leva em conta o que está em cima da terra, porque quem tem 5 alqueires ou 10 alqueires receberá apenas pela terra, uma terra que principalmente em Ortigueira, a cidade que será mais alagada, é uma terra muito ruim, que tem um valor muito pequeno e, se houve de fato esse procedimento de fazer indenização pela modalidade de reassentamento coletivo, sem que tenhamos especificamente o cadastro de quem são as pessoas que serão atingidas, acho que ainda vamos ter muito que discutir, porque não é possível que um empreendi-

mento que vai custar R\$ 1,2 bilhões não se disponha a levar em conta a vida de pessoas que estão lá há 50 ou 70 anos e simplesmente entenda que tem que produzir energia, vender energia e por conta disso não leve em conta aquela situação. Acho que a COPEL já tem experiências anteriores bem sucedidas, mas se não levar em conta que essas pessoas não podem ser desalojadas por valores irrisórios, vamos ter problemas.

Uma outra consideração que queria fazer, apenas para que não passássemos sem deixar de fazer um registro aqui, é sobre algo surpreendente e ao mesmo tempo lamentável. Por que digo isso?

O Congresso Nacional hoje começa a fazer um debate, o Senado da República, a partir do momento em que ocorreram várias pressões para que o Senado também colocasse na internet, os Senadores colocassem na internet os seus gastos com verbas indenizatórias. O que os Senadores resolveram discutir agora? Ao invés de colocar na internet, os valores que eles têm com verbas indenizatórias, como gasolina, correspondências, viagens, estadias e passagens, simplesmente acabam com a verba e incorporam o valor ao salário e aí passa a valer o salário de R\$ 24 mil para os Senadores e, conseqüentemente, também para os Deputados Federais.

Acho que é um dos grandes absurdos que volta a ser discutido novamente. Parece que o Congresso Nacional, de tempo em tempo, tem uma recaída de sem-vergonhice. Porque não é possível, que não entendamos que esse é um assunto que já foi superado. Houve um amplo repúdio da população há 1 ano e depois de 1 ano se tenta, por vias tortas, novamente fazer com que aquela discussão de 1 ano atrás, agora travestida de um falso processo moralizador, elimine as verbas de ressarcimento, R\$ 15 mil no caso do Congresso Nacional, na Câmara Federal e no Senado, a mesma verba que aqui na Assembléia é pago R\$ 27,5 mil e lá são R\$ 15 mil e depois outras vantagens adicionais, mas se elimina nos R\$ 15 mil, passa a se incorporar até R\$ 24 mil no salário, que hoje é torno de R\$ 16 mil e não se precisa mais prestar contas para ninguém, como se alguém pudesse acreditar que um Deputado ou Senador vai tirar do seu bolso os valores de passagem, de combustível, de residência. Ora, é óbvio que isso não vai acontecer, até porque isso seria bastante difícil de fazer com que alguém tivesse condições de tocar o seu mandato. Mas, acho muita petulância do Senado voltar a fazer esse debate, em um momento em que todos entendem que esse era um assunto superado. Espero que isso não prospere, porque se prosperar, vamos ter novamente grandes problemas com o Senado Federal, que infelizmente parece que alguma coisa acontece e de tempo em tempo resolve ter uma recaída desse tipo.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Solicitamos o Horário do Grande Expediente hoje, para que pudéssemos ouvir o Sr. José Álvaro da Silva Carneiro, ele que é o responsável pelo Hospital Pequeno Príncipe e que vai trazer para todos nós muitas informações.

Gostaria, inicialmente, de falar um pouquinho sobre esse hospital. Nós que somos paranaenses, temos aqui na capital do estado, um hospital pediátrico, que está entre um dos maiores do país, com 88 anos de existência. O Hospital Pequeno Príncipe é conhecido, desde os pais de primeira viagem, aqueles que são avós de adultos ou bisavós. Atende mais de 200 mil crianças, todo o ano e é referência em pediatria, principalmente, em casos graves. Setenta por cento dos atendimentos são direcionados aos usuários do SUS. Eu, especialmente, que sou Deputado do interior do Paraná, temos pleno conhecimento que as crianças atendidas, a grande maioria vem, justamente, do interior do estado do Paraná, para serem atendido aqui, no Hospital Pequeno Príncipe. São 32 especialidades de saúde e 14 programas de humanização, além da excelência dos tratamentos. O ser humano é atendido como cidadão pleno de direito, do estímulo aos vínculos familiares a oferta de educação e cultura. A população que precisa estar no hospital, encontra em ambiente de estímulo à cidadania.

Toda essa estrutura que contribui com a nossa sociedade, em um ponto essencial, para o nosso futuro, a saúde das novas gerações enfrenta há 10 anos, déficits frequentes do SUS - Sistema Único de Saúde do nosso país.

Vamos ter o prazer de ouvir, neste momento, o Sr. Álvaro, para que ele possa se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, portanto, o Dr. José Álvaro da Silva Carneiro, membro da Associação Mantenedora do Hospital Pequeno Príncipe.

Sr. José Álvaro da Silva Carneiro - Associação Mantenedora do Hospital Pequeno Príncipe

O SR. JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom-dia.

Queria agradecer ao Deputado Douglas Fabrício e em nome do Deputado Nelson Justus, a quem conheço há

algumas décadas, cumprimentar todos os Deputados presentes.

Gostaria antes de fazer a minha fala, passar um pequeno vídeo sobre o hospital.

(Apresentação de vídeo)

O SR. JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO

Obrigado senhores pela atenção ao pequeno clipe que nós fizemos.

Hoje de manhã sabendo que viria aqui, comecei a pensar exatamente o que eu poderia trazer para os senhores com relação ao esforço que nós fazemos quanto à manutenção da saúde das crianças que passam por nós. Um dos pontos que eu queria destacar é que criança não tem nenhuma questão relacionada a credo político; criança absolutamente não tem partido político. E gostaria de exemplificar isso com as crianças de 2 Deputados que pertencem a facções políticas totalmente diferentes: o Deputado Kielse, que neste ano teve o seu bebê tratado pelo hospital e que está muito bem, em casa. E queria lembrar que também o Deputado Tadeu Veneri teve os seus filhos e netos bem cuidados lá no hospital. Todos os conhecem, então todos sabem que eles têm percepção política do que acontece no estado de forma diferente, mas se igualam na emoção de pais.

Então, esse é um ponto muito importante para lembrar, a partir disso, da história do hospital. O hospital começou em 1919. Estamos há muito tempo tentando sempre chegar junto, no mesmo momento do tempo, com a tecnologia necessária para poder oferecer às crianças o que melhor a Medicina possa ter.

Com relação ao passado, depois vou prestigiar o Deputado Douglas, que abriu esta oportunidade, um livro que conta a história do hospital e que dá detalhes do que a gente vem fazendo desde 1919, até o ano de 2005.

O que eu queria focar não é o passado, mas lembrar um pouco do futuro, como é esta relação com a criança do estado. Atendemos crianças de todo o estado do Paraná. E quem está aqui sabe da nossa responsabilidade, das nossas relações com as crianças da região metropolitana e de todo estado do Paraná.

O Deputado Jocelito sabe das dificuldades da pediatria que sua cidade passa e o papel relevante que nós temos.

Por que essa relevância? Porque o Pequeno Príncipe, na medida do seu tamanho, hoje atende 250, 260 mil crianças por ano. Fazemos 15 mil cirurgias por ano. Neste momento, hoje, devemos estar fazendo perto de 50 cirurgias. Isso acontece todo santo dia.

Então, gostaria de abordar o futuro e o papel já desempenhado pela Assembléia Legislativa. O futuro, nas grandes organizações de saúde, para manter ponta precisamos juntar boa assistência médica, ensino e pesquisa. Na assistência médica temos toda essa tradição que manifestamos aqui e estamos num processo de melhoria e ampliação. Esta melhoria e ampliação ocorre, simulta-

neamente, com a implantação do nosso instituto de pesquisa, onde temos o apoio do Pelé. Esse apoio é muito relevante! Ele não está apoiando um hospital em Santos, em Três Corações onde nasceu, nem em Bauru onde começou a jogar, ele escolheu Curitiba. E não foi por acaso. Foi porque sentiu que, além de ser o maior hospital exclusivamente pediátrico da América Latina, o trabalho tem um conteúdo, em termos de vontade de bem servir a criança que acolhemos, que ele definiu com seu projeto de responsabilidade social.

Repare que esse conjunto - assistência, ensino e pesquisa tem uma relação forte com o futuro. Essa é a maneira que percebemos a perenização da nossa organização, podendo trazer, por exemplo, no momento nosso grande objetivo é conseguir, através do instituto de pesquisa, evoluir nas questões de sequenciamento e percepção diagnóstica, através de exames de DNA. Para poder fazer, a partir disso, definições de prognósticos bem mais precisas. Para começar melhorar a eficácia dos nossos tratamentos, sempre correlacionando isso com a diminuição da mortalidade infantil.

Tudo isso é muito difícil, pois necessita aporte de capital, financeiro. Nisso uma relação importante com a Assembléia Legislativa.

Nesta semana, com a participação muito forte dos Deputados: Ney Leprevost, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício e uma série de outros Deputados, estamos conseguindo, depois de muitos anos, uma emenda coletiva beneficiando o hospital. Isso é muito importante, porque o bom atendimento com o SUS, que promovemos, nos traz R\$ 8 milhões de déficit deste ano de 2007.

Então, temos que gerencialmente, primeiro, dar conta desse déficit para depois articular como melhorar, como ampliar, como nos capacitar em termos de nova tecnologia, sempre com foco de bem atender a criança de qualquer condição social.

Esse futuro que estamos desenhando, trabalhando. Fico muito grato com a participação da Assembléia Legislativa na indicação dessa emenda. Sabemos que a indicação é o primeiro passo. Depois, precisamos trabalhar, junto ao Governo do Estado, para concretizar isso e aí, novamente, já aproveito a oportunidade para pedir isso ao Presidente Nelson Justus, ao Líder do Governo Romaneli, que são sensíveis à causa da criança paranaense, para que nos ajudem, depois deste passo dado aqui na Assembléia, na realização dessa emenda para custeio.

Gostaria de agradecer a oportunidade e enfatizar que estamos muito preocupados com o futuro e nos preparando para poder continuar a honrar a história de quase 90 anos que nos trouxe até este momento.

Então, muito obrigado. Obrigado pelo apoio sempre dado pela Assembléia Legislativa ao Hospital Pequeno Príncipe!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Dr. Álvaro, é possível você comentar com os Deputados sobre o projeto que o hospital está fazendo e

buscando novas fontes de recursos, novos apoios com relação às medalhas, com relação ao atleta Pelé.

O SR. JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO

Obrigado pela oportunidade, Douglas.

Nós temos uma parceria com o Pelé de 10 anos. Temos um contrato com o Pelé e é público que é o Edson vendeu o Pelé. O Pelé não é mais o Édson. Então remos um contrato com o Pelé e a Prime Licensing, que é hoje a empresa detentora de todos os direitos de voz, de imagem e daquela assinatura conhecida. Esse contrato de 10 anos é um programa chamado "Gols pela vida", cujo primeiro passo é um projeto de medalhas. Em parceria com a Casa da Moeda do Brasil, lançamos uma série de 1281 medalhas, que é o exato número dos gols que o Pelé fez. Para quem não está acostumado com os gols, vou fazer uma relação: o Maradona fez 471 gols; Ronaldinho Gaúcho ainda não chegou aos 200 gols; o Pelé quase fez 200 gols de cabeça. Então, o Pelé tem um número importante, que é esse número 1281, que nós estamos lançando medalhas de bronze, prata e ouro.

Na internet, transformamos esse número de gols num banco de dados, de tal forma que se sabe exatamente quando que o Pelé fez cada gol, contra quem e é fácil de achar e escolher. Cada medalha vai ter um número em sua face. Esse número equivale a um gol. Então, por exemplo, Deputado Teruo, o Pelé fez um gol contra a Furukawa e a empresa Furukawa já entrou em contato conosco e quer reservar o gol que o Pelé fez contra a Furukawa. Pelé fez, por exemplo, jogando pelo Santos, gols contra o time da Honda. A Honda também já fez uma reserva com relação a esses gols.

A idéia é lançar essas medalhas no mercado no dia 5 de dezembro, mas vão ter alguns eventos antes, aqui em Curitiba, porque estamos contando para a cidade, para os nossos parceiros e amigos, da existência do projeto e estão acontecendo reservas. O objetivo deste projeto é levantar R\$ 5 milhões e meio e com esse dinheiro trazer para cá um sequenciador de DNA, para nos ajudar a desenvolver esse tipo de tecnologia que está associada, principalmente, a leucemia, a doença complexas.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, posso fazer uso da palavra?

(Assentimento)

Gostaria de cumprimentá-lo. Não sei se o senhor me conhece, sou o Deputado Zucchi. Embora sendo de Pato Branco, acompanho o trabalho do Pequeno Príncipe, tenho amigos no hospital e acho que a causa é consensual. Não vejo dificuldades em a Assembléia Legislativa e, ontem, ainda, o Presidente Nelson Justus falava sobre o apoio que a Casa tem que dar a uma instituição como essa, séria, com um trabalho prestado que orgulha o nosso Paraná e que é exemplo para o nosso Paraná e para o nosso Brasil, como o senhor mesmo falou.

Recebi, como todos os Deputados receberam, uma correspondência solicitando, que cada Deputado colo-

casse uma emenda individual. Eu gostaria de comentar isso, porque o Governo não paga emenda para os Deputados - é uma determinação do Governador. Até hoje, são 5 anos de mandato, ele nunca pagou uma emenda parlamentar. Então, acho mais proveitoso, Presidente, que poderemos prestar essa colaboração para o hospital, nos somando a essa emenda coletiva. Porque todos que forem fazer uma emenda individual no Hospital Pequeno Príncipe, farão só no papel. É uma determinação do Governador, ele não paga emenda individual.

Creio, que a minha proposta é que todos nós some-mos a esta esforço iniciado pelos Deputados Douglas, Ney Leprevost, Alexandre Curi - ontem o Presidente Nelson Justus falava do apoio que temos que dar ao Hospital Pequeno Príncipe - que fizéssemos aqui em homenagem a sua vinda e obviamente não apenas a isso, mas o que ela representa, ou seja, colocar para todos nós Deputados o que significa o trabalho do Hospital Pequeno Príncipe, que saia daqui a determinação de fazer uma emenda coletiva. Todos os Srs. Deputados, como o senhor falou, que não existe aqui cor partidária e nem representação política em uma causa como essa, que é do estado, é do Paraná, para as crianças do Paraná e do Brasil, porque o hospital é uma referência para o nosso país.

Fica a nossa proposta, se assim que podemos chamar, para que façamos uma emenda coletiva e não aquela emenda solicitada para cada Deputado, que seria fácil. Eu tinha pensando em colocar aquela emenda, mas certamente ela não seria liberada. Acho que se fizermos uma emenda coletiva, tenho certeza de que o Governador vai através da sua determinação fazer com que essa emenda seja liberada.

Obrigado e parabéns pelo trabalho, que o senhor e tantos outros prestam, em favor dessa instituição que é um orgulho para todos nós.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Quero me associar à manifestação do Deputado Zucchinho, que é importante. Associo-me a sua indicação, que acho perfeita. Ponta Grossa tem recebido apoio do Hospital Pequeno Príncipe por muitas vezes. Estamos na expectativa de que o Hospital da Criança de Ponta Grossa, possa ter uma parceria mais ampla. Sou solidário e manifesto o meu apoio a essa indicação do Deputado Zucchinho. Cumprimento esse hospital que tem nos atendido e socorrido as nossas crianças. Por isso sou favorável e assinarei essa emenda coletiva, que acho ser a mais correta.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Queria cumprimentar o Dr. José Álvaro Carneiro. Recentemente promovemos uma reunião da Comissão de Saúde desta Casa, dentro do Hospital Pequeno Príncipe e

os Deputados Rosane, Strapasson, Stephanes Júnior e Malucelli estiveram conosco, na qual pudemos contatar a excelência do trabalho do Pequeno Príncipe, Presidente.

Acho que hoje o Pequeno Príncipe é, sem dúvida alguma, o melhor hospital infantil da América Latina. Quero cumprimentar o José Álvaro Carneiro, a Eti Forte, que é a Diretora do hospital. Quero dizer que vejo com muitos bons olhos essa idéia do Deputado Zucchi, de Pato Branco. Realmente, as emendas coletivas são emendas que têm mais força e o próprio Deputado Alexandre Curi, que é uma pessoa de confiança o Sr. Governador, se comprometeu a articular o pagamento destas emendas coletivas para os hospitais.

Então, queria dizer que a emenda já está elaborada, está na Comissão de Orçamento com a Ana Beatriz, e todos os Deputados que se dispuseram a assinar, tenho certeza que estarão ajudando o Pequeno Príncipe. É uma emenda coletiva de um milhão e meio de reais. Já temos a assinatura de 8, 9 Deputados, mas seria interessante que toda a Casa pudesse participar.

Obrigado, Sr. Presidente e parabéns ao Sr. José Álvaro Carneiro.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Na verdade, primeiro parabenizar o Sr. José Álvaro e queria dar uma sugestão. Na verdade, esta emenda está na Comissão de Orçamento. Se pudéssemos pegar essa emenda e na segunda-feira trazer ao plenário para colher as assinaturas, acho que facilitaria todo o trabalho, porque sabemos a vida atribulada de cada Deputado e com isso muitas vezes, não por não querer, mas por pura falta de tempo, de esquecimento de assinar. Fica a sugestão para esta emenda vir a plenário na segunda-feira para que possamos colher as assinaturas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, Dr. José Álvaro, para concluir.

O SR. JOSÉ ÁLVARO CARNEIRO

Queria agradecer, lembrando que somos hoje 1.700 funcionários, um corpo clínico de 250 médicos e gostaria de enfatizar também, nos últimos 20 anos, a liderança do Luiz Forte Neto na associação mantenedora e da esposa dele, artista plástica, que sempre enfatizou profundamente a necessidade da humanização no atendimento da criança que lá chega.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero só parabenizar o Sr. José Álvaro Carneiro, tudo o que ele representa como pessoa e como instituição e me somar ao que foi dito pelo Deputado Ney Leprevost e outros e também que você transmita o meu abraço a

Sra. Edi Fortes, que votei nela como uma das grandes lideranças no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência deseja agradecer ao Dr. José Álvaro Carneiro, velho companheiro, amigo de infância, hoje também exercendo a função de Superintendente do IBAMA aqui no Paraná. Mas, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que a família toda faz. O Pequeno Príncipe é, realmente, o hospital de todos nós paranaenses. Somo-me e cumprimento os Deputados aqui da Casa pela iniciativa desta emenda coletiva, que acho que efetivamente deverá surtir efeito para que possamos contribuir com o hospital. Aliás, o que é uma tradição aqui da Assembléia, coisa que há muitos anos o Deputado Anibal Khury, juntamente com o apoio dos 54 Deputados na época, fez uma contribuição bastante expressiva ao Hospital Pequeno Príncipe.

Portanto, nossos cumprimentos e esta Casa estará sempre “escancarada” para que você aqui venha.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Só para transmitir, a pedido do nosso Líder Deputado Duílio, comunicar ao Dr. José Álvaro que a nossa bancada parlamentar, o Partido Progressista, os 4 Parlamentares vão assinar também essa emenda coletiva. Fazendo uma observação, um milhão e meio de reais é uma soma bem expressiva. Mas, depende para quê? Para o tamanho da necessidade do Pequeno Príncipe é uma verba até insignificante, porque sabemos que a necessidade é muito maior. Esse 1 milhão e meio aprovado aqui, cremos que será aprovado, é uma pequena ajuda deste Poder diante de uma necessidade tão volumosa, de uma obra social tão grande, uma obra que o senhor e toda equipe realizam no Pequeno Príncipe.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ÁLVARO CARNEIRO

Quería aproveitar, mesmo o Deputado Alexandre não estando aqui neste momento, mas queria aproveitar para contar uma história muito relevante para o Paraná. O Hospital Pequeno Príncipe nasceu lá no passado como Hospital Comunitário da Cruz Vermelha. No período do Estado Novo, no período Getúlio ele foi estatizado. E a Cruz Vermelha naquele momento foi obrigada a fazer uma escritura de doação ao estado do Paraná. O tempo passou e na medida dessa passagem do tempo o hospital começou a diminuir a qualidade do atendimento.

E o estado chegou num momento, no final dos anos 70, que resolveu contratar uma ONG que já operava o Pequeno Príncipe para tomar conta daquele hospital parcialmente, naquela época indo mal e ainda estadualizado. Foi por iniciativa do Deputado Anibal Khury que a velha estrutura do hoje Hospital César Pernetta foi doada de volta para a comunidade, para uma associação. Isso

aconteceu em 1981. E hoje, novamente, o hospital é um hospital comunitário. Reparem que ele nasceu comunitário, foi estatizado e voltou para uma associação. E esse episódio teve nos seus dois momentos uma forte participação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Fica esse registro. Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança do PT concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vejo hoje na Gazeta do Povo: “Sul tem 26 mil vagas à espera de profissionais qualificados.” São manchetes que mostram que o Brasil está num crescimento sustentável e que precisa de gente para trabalhar, só que precisa de gente qualificada. As empresas estão crescendo, estão aumentando a produção, o comércio está vendendo mais e conseqüentemente contratando mais gente. Tenho visto diariamente empresas procurando pessoas qualificadas, principalmente na construção civil. Recentemente vi uma empresa procurando 250 profissionais para trabalhar na construção civil, devido à demanda tanto no setor público quanto no setor privado. Isso demonstra que o país está crescendo. E não crescendo como aconteceu algumas vezes como uma bolha, dava um passo à frente e dois para trás. Queremos que o Brasil cresça desta forma, de uma forma sustentável.

Temos que nos preocupar em profissionalizar pessoas para que estejam preparados para atender as indústrias, o comércio, que estão precisando de mão-de-obra. Nesse sentido, o Governo Federal está preocupado em formar pessoas. Não é à toa que o Governo Federal está construindo novas universidades e novos *campus* universitários. No Brasil todo um total de 50, somando as novas universidades e os novos *campus* universitários. Coisa que há muito tempo não se via neste país, uma preocupação em ampliar o número de vagas para o ensino superior público gratuito, de qualidade. O que se viu muitas vezes é o incentivo as universidades particulares, que têm o seu espaço na sociedade, inclusive o Governo, através do PROUNI, resolveu dar uma mãozinha para as universidades particulares, claro que com o objetivo de beneficiar os estudantes. Aqueles que não tinham vagas suficientes na escola pública, através do PROUNI podem estudar em uma universidade particular paga com dinheiro público. Nesse sentido temos mais de 250 mil jovens estudando em universidades particulares. Mas a preocupação do Governo é dar oportunidade para os jovens estudarem em escolas públicas.

Paralelo a isso há outra preocupação do Governo Federal, escolas técnicas por este Brasil afora. Até 2010, o objetivo é construir 150 escolas técnicas nos principais pólos do país. É o Paraná já foi contemplado, com 6 que começam a ser construída. Vejo aí, a oportunidade que o Brasil está tendo de crescer, de aparecer no cenário internacional.

Aliás, falando em cenário internacional, nunca na história desse país as empresas brasileiras investiam tanto em outros países. Pela primeira vez na história, as empresas brasileiras investem mais fora, que as empresas estrangeiras aqui no Brasil. sinal dos mercados que foram abertos fora desse país, tanto para a exportação que - cresce a cada mês, a cada saldo a balança comercial - está cada vez mais alta, cada vez batendo recordes nas exportações. As nossas empresas estão buscando dinheiro lá fora e trazendo para o Brasil.

Estamos vendo uma grande oportunidade para o Brasil mostrar em conteúdo, em capacidade o seu tamanho em território. Relato aqui só em um setor, o setor automobilístico. Temos notícias nos diversos jornais, que as vendas de veículos novos no país, feitas de janeiro a outubro deste ano, já superaram o recorde registrado em todo ano de 1997, por conta da força do mercado interno e extensão dos prazos de financiamentos, mostraram dados divulgados pelo setor nesta quarta-feira. As vendas de veículos novos cresceram 19,8% em outubro, para 244 mil unidades, totalizando no ano 1 milhão e 980 mil unidades. Isso significa que: na comparação com outubro do ano passado as vendas de veículos cresceram 39%. O setor vem atribuindo o bom desempenho deste ano, a recuperação da renda e do emprego no país e ao crescimento do crédito, que vem acompanhado da expansão dos prazos de financiamento e de uma taxa de financiamento muito baixa.

As exportações de veículos e máquinas agrícolas em valor cresceram 13,2% em outubro contra setembro. Em relação a outubro de 2006 a alta foi de 20%.

Vejam bem, temos aqui que não são só automóveis. Caminhões a variação comparado a 2006 é de 28%. Não se aumenta 28% a venda de caminhões, se não tivessem uma demanda de produtos para serem transportados nesse país. Isso é sinal de crescimento. Aumento na produção em todos os setores, aumento nas vendas, porque todos têm de reconhecer aumento da renda e do emprego no país.

Ônibus, não se vende tanto ônibus se não tiver passageiros para serem transportados. E não me venham falar que é por causa da crise aérea, não, porque na aviação também aumentou muito a demanda, muita gente viajando de avião que não viajava antes. E 19% o aumento de venda de ônibus no Brasil. Muito mais gente viajando, muito mais gente, muito mais oportunidades neste país.

Agora vem aqueles que querem gorar as coisas que estão dando certo - os conta a CPMF. Por que? Porque agora o dinheiro da CPMF aparece, ele é investido, ele é

aplicado. Não fomos nós que criamos a CPMF, não fomos que criamos, nós não queríamos. Não fomos nós que desvirtuamos o destino do dinheiro da CPMF, não fomos nós que desvirtuamos. E não fomos nós que éramos questionados por que o dinheiro da CPMF não aparecia. Agora o dinheiro é bem utilizado. Não só o da CPMF. O dinheiro é bem utilizado. Vinte bilhões da CPMF vai para a saúde. O restante vai para assistência social, para a previdência.

Então, o dinheiro é necessário, ele está sendo bem investido. Ele não está sendo desviado. E nós temos visto que o dinheiro hoje no Brasil ele aparece. Recentemente, o Governo autorizou um reajuste de 30%, em média, nos procedimentos na área da saúde. É pouco, como dizia a minha amiga, Deputada Rosane Ferreira, é pouco - claro que é pouco. Mas para o que já vimos que de 1994 a 2002 houve uma defasagem de 110%, nós estamos recuperando, aos poucos, porque o dinheiro é pouco. Mas tem gente que quer cortar a CPMF, para que a saúde piore muito, para que o Governo Lula vá mal. Mas nós queremos que seja aprovada para não ter que aumentar os outros impostos, tirar de outra área. Por que? Porque hoje, tem dinheiro para habitação, para saneamento - só no Paraná mais de 1 bilhão do PAC para saneamento e habitação. Temos dinheiro hoje para investir em construção de hidrelétricas para que não haja mais apagão. Temos dinheiro para aumento do salário mínimo, real, aumento real, para que as pessoas tenham um salário digno, principalmente os aposentados, que em muitas cidades deste país movimentam a economia local. E nós temos dinheiro para construir 50 novas universidades, somadas às universidades e *campus* universitários. E temos dinheiro para 150 novas escolas técnicas nas cidades-pólos deste país. E temos dinheiro para 11 bilhões de famílias serem atendidas no Bolsa Família, para não ficarem na miséria, para não ficarem dependendo da cesta básica daqueles políticos oportunistas.

Então, hoje o dinheiro aparece. Ele está sendo investido. Ele está sendo aplicado e o Brasil cresce a cada dia. Isso, é que incomoda muita gente!

Então, o que fazer com um Governo que está dando certo? Um operário que chegou na Presidência da República? Asfixiar, vamos tentar evitar que o Governo tenha dinheiro para investir, vamos evitar. Espero que haja bom senso no Congresso Nacional, principalmente no Senado, porque o Governo está fazendo boa conversa, já fez uma proposta para isentar até quem ganha R\$ 4.340, para não pagar CPMF - isto é 90% da população que não vai pagar CPMF.

Então, uma proposta decente. Eu acredito que o Senador vai agir com cautela e vai ter responsabilidade para aprovar a prorrogação da CPMF.

Desculpem, nobres Pares, Deputados, não houve tempo para conceder o aparte, mas teremos outras oportunidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças: PSDB, PMDB, Liderança do Governo.

(**Declinam**).

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado Elio Rusch, me concede um aparte, antes de começar?

(**Assentimento**)

É só para comentar, já que não foi me cedido aparte pelo Deputado Luizão, do PT. Apenas queria externar que a CPMF, na verdade, deveria ser um imposto permanente, que é o que é melhor distribuído. Apenas, considero que o PT não tem moral para falar sobre CPMF, porque atrapalharam (?) 20 anos o Brasil para chegar lá e dizer que estava tudo correto.

Muito obrigado.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, não ia fazer uso deste horário, mas diante das colocações do meu amigo, companheiro, camarada, Professor Luizão que falou que nunca se exportou tanto, mas também nunca se importou tanto nesse Brasil! A economia, os economistas e a balança comercial mostraram, Professor Luizão, que nos últimos meses é déficit em cima de déficit comercial! Nós importamos muito mais do que exportamos, Professor Luizão!

Tem mais uma para seu conhecimento e quero que fique registrado aqui nos Anais da Casa: O Brasil caiu do 66º lugar que ocupava para o 72º no ranking de competitividade entre os 131 países do Fórum Econômico Mundial, Professor Luizão, nós caímos! O Brasil caiu de 66 para 72! Isso saiu no dia 31 de outubro. Então vamos falar: O Brasil cresceu, claro que cresceu, mas nós crescemos só acima do Haiti, no resto perdemos para todos. Isso tem que ser dito, Professor Luizão!

Mais uma: Por que não se fala também na dívida pública federal no Brasil? Fala-se: Pagamos a dívida externa, não sei o que, temos economia. Sabem quanto é a dívida pública federal? Chegou agora em setembro: R\$ 1 trilhão, 315 bilhões! Isso tem que ser dito, Professor Luizão, espere aí Professor Luizão! E o Brasil só cresceu acima do Haiti, mas o que é isso?

Concedo o aparte, prazerosamente ao professor, Mestre Deputado Zucchinho.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Meu caro Deputado Elio Rusch, recorro a uma frase que diz: “a história se repete como farsa”. É uma frase lapidar com relação à evolução sociológica, mas no caso do Brasil o Professor Luizão, pedindo o bom senso

do Senado para aprovar a CPMF, era o PSDB da época pedindo ao PT, mas o PT foi mais firme, fechou questão contra, aliás fazia campanha contra, no Brasil, com relação à CPMF. A grande verdade é a seguinte: não tem como o PSDB ou o DEM votar contra a CPMF com os argumentos que gostaria de ter, assim como o PT não tem argumento para dizer que vai continuar com a CPMF por uma questão histórica. Recorrendo a um só fato, o Reinhold Stephanes Júnior, nosso Deputado, nos enche de coragem porque V. Exa., do alto da sua independência, faz as críticas e nos enche de coragem também para fazermos.

Eu ouço o Professor Luizão dizer: “Não tem político oportunista distribuindo cesta básica.” Ora, na eleição chamavam todos para tirar fotografia e para dar propaganda todos aqueles que recebiam cesta básica, então a cesta básica continua sendo usada, sim! Não estou aqui dizendo que sou contra o Bolsa-Família, pelo contrário, sou a favor, porque os excluídos precisam ter a oportunidade de, pelo menos, comer! Mas claro que é usada do ponto de vista político, aliás o Presidente Lula faz deste programa, como fez com o PRONAF, ampliou o PRONAF, na minha opinião uma medida extraordinária para a agricultura familiar, ele faz disso uma plataforma, das ações que concretizou no Governo, o que não é errado que faça!

Agora, a CPMF, infelizmente, o PT tem que pedir para fazer uma reflexão daquilo que errou, errou lá atrás. No mínimo tinha que dizer o seguinte: “Vamos transformar isso em imposto permanente,” porque aí divide com os estados e municípios, o que seria mais justo.

Obrigado pelo aparte, Deputado Elio Rusch, grande e combativo Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Zucchi, o seu aparte enriqueceu o nosso pronunciamento.

Quero que fique registrado, acho que a Assembléia vive de história. A história é aquela que fazemos no dia-a-dia, nas Sessões. Dizer ainda sobre a dívida externa, quando falei que o PT canta em prosa e verso o pagamento da dívida externa. Vocês sabem quanto se pagou aquela dívida, quanto estava o dólar? Dois e oitenta. Sabem, quanto está hoje? Um e setenta. Então na verdade, o Presidente da República causou um prejuízo enorme para o Brasil em relação à desvalorização do dólar e a valorização do seu real.

Deputado Luizão, vamos começar a colocar os pingos nos “is”, isso tem que ser dito, tem que ser lembrado. A CPMF, lembrado pelo Deputado Augustinho Zucchi, disse aqui: teremos um superávit este ano, da receita estimada de R\$ 60 bilhões. A CPMF vai dar uma receita de 39 bilhões. Se não tivesse essa CPMF, tínhamos 21 bilhões acima da estimativa.

Então, não venham com essa conversa que o Brasil precisa da CPMF. Isso é conversa para fazer a política, como sabem fazer muito bem com a massa de

manobra. Isso tem que ser dito.
Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 356/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de duas salas de aula na Escola Estadual Monteiro Lobato, no distrito de Ademar de Barros, no município de Terra Rica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Questão de Ordem, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, sobre o procedimento adotado no trâmite do Projeto de Lei nº 604/07, conforme item 11 da Ordem do Dia de 07 de novembro de 2007, solicitando o esclarecimento quanto ao procedimento adotado por esta Casa para saber se a CCJ manifestar-se-á anteriormente ao Plenário quanto as proposições emendadas nas Comissões de Mérito, anteriormente ao envio a Plenário. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3306, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia, da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2007. Resolução nº 003/04. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/07 **A Assembléia Legislativa do** **Estado do Paraná**

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2007, conforme Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Edson Strapason, Plauto Miró e Ribas Carli Filho.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS **PROPOSIÇÃO Nº 114/07**

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 114/07, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referentes ao mês de outubro de 2007, regulamentadas pela Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

De acordo com a análise procedida no relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição nº 114/07, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Pelo acima exposto, concluo a relatoria, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/07, que autoriza o Poder Executivo a, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, efetuar a doação, ao município de São José dos Pinhais, de área conforme específica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 110/07, de 12/09/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA **PROJETO DE LEI Nº 675/07**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto que ora se analisa busca conceder autorização para que o Poder Executivo Estadual, por meio do IAP, realize a doação de lote ao município de São José

dos Pinhais.

Legitimidade

Inicialmente, é preciso que se verifique sobre a legitimidade, qual seja, sobre a competência para deflagrar o processo legislativo no caso que ora se comenta. Para legitimar a presente iniciativa, veja-se o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que ora se transcreve:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Pela simples leitura do artigo, vê-se que a legitimidade está em conformidade com o buscado pelo texto constitucional.

Do objeto material

No que tange ao objeto em si, cumpre destacar que está a se conceder autorização ao Poder Executivo, para que este, por meio de ente da Administração Indireta, possa realizar a doação. Portanto, o projeto tem cunho autorizatório. A Constituição do Estado do Paraná é clara, sendo que o artigo 10 afasta qualquer dúvida sobre o tema:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Prosseguindo, deve se denotar que no artigo 2º existem disposições de maior relevância. Diz-se expressamente que o imóvel a ser doado está gravado de impenhorabilidade e inalienabilidade, características dos bens públicos, como no caso em foco. Assim, cabe desde logo asseverar que este bem não poderá ser dado como garantia, tampouco vendido pelo município donatário. Indo além, ao se realizar tal conduta, está-se a desrespeitar a própria natureza de bem público, que deve ser usado para a consecução de interesse público primário e não secundário, como poderia se conformar o pagamento de uma dívida com o imóvel a ser dorado. Outrossim, existe destinação específica para o lote que será transpassado para a Administração Pública Municipal, qual seja, o bem público será utilizado para a implantação do Centro de Esporte e Lazer. Assim, qualquer uso que se faça em sentido que não este representará ilegalidade, dando-se assim o retorno ao patrimônio estadual do bem que ora se discute. Reitere-se, a utilização deverá ser apenas e tão somente para a implantação do Centro de Esporte e Lazer, nada mais.

Do modo exposto, nunca é demais se dizer que o bem público está sendo transferido para pessoa jurídica de direito interno, qual seja, o município de São José dos Pinhais. Assim, amolda-se em hipótese revestida de constitucionalidade, consoante a artigo retro listado.

Da técnica legislativa

Em referência à técnica legislativa, constante da Lei Complementar nº 095/98, nada há que possa macular a propositura, pois o texto respeitou, em sua totalidade, os requisitos técnicos exigidos.

Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto, posto o respeito a constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 675/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 675/07, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorização, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a efetuar a doação de imóvel ao município de São José dos Pinhais.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição irá trazer benefícios ao município de São José dos Pinhais, pois no imóvel será implantado o Centro de Esporte e Lazer.

Sendo assim, esta comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 675/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga a PR-092 Km 299+650 a sede do município de Quatiguá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 099/07, em 27/08/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 626/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que especifica.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei,

as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

E ainda em seu artigo 25 e parágrafo 1º, diz:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas por esta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 626/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem o objetivo estadualizar a estrada municipal que liga a PR-092 km 299+650 à sede do município de Quatiguá.

Fundamentação

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 09.10.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 626/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

O Deputado Stephanes Júnior, para encaminhar.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, colegas Deputados, queria abordar esse item 08, do ponto de vista sobre o que tivemos de vetos e que estão na pauta de hoje.

Este projeto é no mesmo sentido dos outros: "Autorizo o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal".

Teve o parecer de um projeto legal, mas sobre o ponto de vista do Executivo, que tem tratado todos os

projetos que vão pela iniciativa da Casa. Ele vai dizer que não é da nossa alçada este assunto. Estamos dando uma autorização para ele fazer isso. Assim como demos autorização para doar um terreno. Vamos aprovar este projeto. Vou votar a favor. Depois ele vai ser vetado, ou pior, se ele não for vetado, aí seria o fim do mundo, porque trataria os iguais como os desiguais. Mas, se ele seguir o princípio que está seguindo em outros projetos, vai vetar. Vamos aprovar aqui. Depois vai vir o veto e vamos manter o veto. É uma situação muito complicada.

Gostaria neste momento pedir para que refletissem nisso, porque está uma situação muito confusa, todos esses projetos de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar o Deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Queria sugerir a V. Exa., já que o autor do projeto, Deputado Romanelli, ausentou-se para visitar sua mãe que está hospitalizada, da possibilidade de retirarmos esse projeto para segunda-feira, porque acho injusto que em razão da ausência dele, ele não possa discutir. Então, vamos deixar para segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente! **Retira-se o projeto da Ordem do Dia, à pedido do Deputado Dobrandino.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 626/07.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 8207 de 26 de dezembro de 1985 (Imóvel). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07, de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 623/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva modificar o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 8207 de 26 de dezembro de 1985, dando nova utilidade a um imóvel doado pelo Estado ao município de São Jorge do Patrocínio.

Fundamentação

O bem doado ao município de São Jorge do Patrocínio serviria, segundo redação vigente da Lei nº 8207, para a construção de edifícios públicos necessários à administração do futuro Paço Municipal.

Não obstante tal lei, o Paço Municipal acabou sendo construído em lugar distinto, tornando, portanto, o

imóvel doado sem utilidade. Tendo em vista tal fato, objetiva-se com a presente proposição legislativa modificar o parágrafo único da Lei nº 8207 afim de dar nova destinação ao imóvel em comento, possibilitando sua destinação na geração de emprego e renda, qualificação a capacitação profissional.

No que tange a doação de propriedades da Administração Pública, assim determina a Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

Destarte, o projeto está em plena consonância com a supracitada disposição constitucional, visto que o bem foi doado pelo estado ao município de São Jorge do Patrocínio, pessoa jurídica de direito público interno, que o utilizará para fins meramente sociais, disponibilizando serviços aos cidadãos.

Quanto à iniciativa para legislar, preconiza a Constituição Estadual em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

De igual modo em conformidade, portanto, o presente projeto de lei no que se refere a legitimidade que detem o Poder Legislativo Estadual para legislar acerca da matéria em exame.

Por derradeiro, quanto à técnica legislativa utilizada, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, tendo em vista o acima exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 623/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a alteração da finalidade da doação do imóvel doado segundo a Lei nº 8207/85.

Aos 25 de setembro do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta Comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta Comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 09.10.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/07, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

Redação Final

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 083/04, da proposta de emenda à Constituição do Estado, na forma do Substitutivo Geral da Comissão Especial de Reforma à Constituição. Autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/04. Acresce artigo 210 - A, ao Capítulo VI, do Título VI e artigo 60 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. **Aprovado.**

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO Nº 083/04 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido, o seguinte artigo, ao Capítulo VI, do Título VI, da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 210-A. A água é um bem essencial à vida. O acesso à água potável e ao saneamento constitui um direito humano fundamental.

§ 1º Nas políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento serão observados os seguintes fundamentos e diretrizes:

I - no ordenamento do território e no uso dos recursos hídricos, a conservação, a proteção e a preservação do meio ambiente;

II - a gestão sustentável dos recursos hídricos, solidária com as gerações futuras, e a preservação do seu ciclo hidrológico;

III - a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, assegurando-se a participação dos usuários e da sociedade civil nos respectivos processos decisórios;

IV - o estabelecimento das bacias hidrográficas como unidades básicas de gestão dos recursos hídricos;

V - o estabelecimento de prioridades para o uso dos recursos hídricos por bacia ou sub-bacia, sendo a prioridade maior o abastecimento de água potável à população;

VI - na prestação dos serviços de água potável e saneamento, a prevalência de razões de ordem social frente às de ordem econômica.

§ 2º As águas superficiais e subterrâneas de domínio do estado constituem um bem unitário cujo uso é subordinado ao interesse geral.

§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados preferencialmente por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.

§ 4º Eventual reparação do disposto neste artigo, não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.11.07.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 736/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense Municipal de Castro - PROVOPAR, com sede e foro no município de Castro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 736/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Municipal de Castro, com sede e foro no município de Castro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a

padronização de documentos públicos do estado do Paraná em formato ODF. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 203/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 203/07, apresentado em plenário pelo Deputado Pastor Edson Praczyk tem como escopo especificar os formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos a serem usados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná.

Fundamentação

O Governo do Estado do Paraná, através da CELEPAR, já vem implantando o uso do formato ODF. Entretanto, não há nenhum óbice no substitutivo ao projeto de lei, uma vez que ele é meramente orientativo, apenas recomendando a adoção do referido formato. Não existe lei sobre o assunto e nem a Constituição faz alguma vedação explícita sobre o assunto. Desta forma, o artigo 25 da Constituição Federal estabelece a autonomia dos estados para organizarem-se, competindo a eles tudo o que não seja vedado pela própria Carta Magna;

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. (grifo nosso)

Na verdade, o substitutivo geral apresentado em plenário tem como objetivo apenas especificar o correto uso dos formatos de documentos digitais já estabelecidos no projeto inicial, que já fora anteriormente aprovado por esta comissão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade do projeto apresentado, esta Comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Apoioamento:

Professor Luizão, Waldyr Pugliesi, Carlos Simões, Nereu Moura. Duílio Genari e 1 ilegível.

Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.

Discussão Única (Votação em)

ITEM 02

EM VOTAÇÃO:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 346/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel a Prefeitura Municipal de Borrazópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 557/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel de Matrícula nº 3691 ao patrimônio do município de Janiópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Requerimentos

Há Requerimento nº 3298, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, aprovado na Sessão de ontem propondo a votação em bloco dos dois vetos, o Item nº 01 e o Item nº 02 da pauta.

Coloco em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Edson Strapasson, para que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edson Strapasson)
(Proceda à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

18 Srs. Deputados. **Não há quórum para o prosseguimento da votação.**

Requerimento nº 3302, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, a Deputada Luciana Rafagnin está acompanhando o velório do seu tio e também, por uma infelicidade, o sogro do Deputado Péricles faleceu na cidade de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente justificado.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a Sessão:

Publicações:

Atas de Comissão

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Osmar Bertoldi, Elton Welter, Rosane Ferreira, Reni Pereira e Luiz Malucelli. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 01) Votação da ata da 8ª reunião ordinária - APROVADA; 02) Projeto de Lei nº 564/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença da Deputada: Rosane Ferreira. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião agradecendo a presença dos Srs.

Secretário Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMA; Coordenador do Programa Desperdício Zero da SEMA; Diretor-Presidente da RES - Brasil, engenheiro especialista em polímeros plásticos e o membro do Comitê do Meio Ambiente do Parlamento do Reino Unido, que prontamente compareceram para discutir sobre as sacolas oxi-biodegradáveis. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, que para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente; demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência da Sra. Deputada Rosane Ferreira e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Eduardo Cheida, Cleiton Crisóstomo e Luiz Malucelli Neto. A Sra. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 01) Votação da ata da 10ª reunião ordinária - APROVADA; 02) Projeto de Lei nº 604/07, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Eduardo Cheida - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 329/07, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Eduardo Cheida - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pela Sra. Presidente, demais membros e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel e com as presenças dos Deputados Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Luiz Claudio Romanelli e o convidado Mariano de Matos Macedo, Diretor-Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, quando foi realizado um amplo debate sobre os trabalhos realizados TECPAR no estado do Paraná. Em seguida foi colocada em votação a convocação do Sr. Rogério Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes - SETR e, também, o envio de expediente ao Sr. Mariano de Matos Macedo, Diretor-Presidente da TECPAR, solicitando relatório sobre os trabalhos realizados, a forma de prestação de contas e os manuais elaborados pelo Instituto de Tecnologia do Paraná. APROVADOS por unanimidade. O Sr. Presidente agradeceu a presença do convidado e passou à Ordem do Dia, colocando em votação os seguintes Projetos de Lei: 01) Projeto de Lei nº 623/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 675/07, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 626/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

